

## ACUSAÇÕES DA RENAMO

# HÁ SECTORES DE DECISÃO PORTUGUESES NO PLANO DE ASSASSÍNIO DE EVO FERNANDES

A Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), afirmou ontem em comunicado, que está em preparação o assassinio do seu secretário-geral Evo Fernandes, e acusou «sectores de decisão» portugueses de o conhecerem e colaborarem com os serviços secretos moçambicanos. O comunicado da RENAMO, assinado pelo porta-voz daquele movimento antigovernamental moçambicano em Lisboa, Paulo Oliveira, acusa ainda a embaixada portuguesa em Maputo de emitir passaportes falsos, para os agentes secretos de Moçambique se deslocarem a Portugal.

Referindo que o plano de assassinio de Evo Fernandes «previsto para acontecer em Portugal», está já elaborado, o comunicado afirma que este conta «com o conhecimento e no mínimo com a complacência de certos sectores de decisão portugueses».

O comunicado alude ao assassinio no ano passado, na África do Sul, do ex-secretário-geral da RENAMO, Orlando Cristina, e de uma tentativa simultânea de atentado contra Evo Fernandes, então delegado para a Europa, que esteve prevista para Cascais.

Afirmando que após o falhanço das recentes conversações de Pretória e de uma tentativa frustrada «de alliciamento e suborno de Evo Fernandes, pelo Governo de Maputo, que acusa de criar «fictícias divergências na RENAMO», o comunicado diz que o secretário-geral da organização é o principal impedimento à obtenção de um cessar-fogo.

O comunicado da RENAMO adianta que, desde Julho último, e referenciado em Portugal, um indivíduo de nome Kamali, enviado por Maputo, que, segundo refere, algu-

mas autoridades portuguesas suspeitam de ter já cometido um assassinio em território português.

Declara ainda que nas últimas semanas chegaram a Lisboa vários agentes dos serviços secretos moçambicanos (SNASP).

«A Embaixada portuguesa em Maputo coopera directamente com os serviços secretos moçambicanos, estando agora a emitir para os agentes do SNASP em Portugal falsos passaportes», afirma o comunicado, que diz permitir tais documentos a deslocação daqueles indivíduos a Portugal, como «visitantes em férias».

«Colaboração existe, também, entre o SNASP e sectores dos serviços de informação portugueses, que dão cobertura, em Lisboa, a desusada movimentação dos agentes moçambicanos» acrescenta.

Segundo refere o comunicado, o alegado atentado contra Evo Fernandes contaria com a cobertura de «uma campanha na Imprensa», que justificaria o crime com o falhanço das negociações de Pretória e a consequente acção de uma ala moderada da RENAMO que estaria na

disposição de aceitar as condições de Maputo.

O comunicado conclui aludindo a uma «melhoria do estado de opinião sobre a Frelimo» na Imprensa portuguesa, «que torna já possível uma intervenção do Executivo português tendente a dificultar, ou mesmo impedir, a actuação da RENAMO em Portugal».

Um porta-voz da Embaixada Portuguesa em Maputo declarou à ANOP que «nem sequer merece qualquer comentário» o comunicado da RENAMO, distribuído em Lisboa.

A ANOP apurou, em Maputo, que a Embaixada de Portugal não emite passaportes, por esse serviço estar fora da sua competência.

### INESPERADOS ATRITOS ENTRE MAPUTO E LISBOA

O Governo português decidiu não reagir de imediato, pelo menos publicamente, ao comunicado moçambicano, de sexta-feira à noite, que referia alegado envolvimento de Lisboa em actos contra Maputo.

Uma vez que há oito dias já se tinha desmentido que membros do Governo português houvessem estado

envolvidos na preparação e direcção de actos da RENAMO, o Executivo de Mário Soares não achou necessário responder publicamente, neste fim-de-semana, às novas posições assumidas, nas últimas 48 horas, pelas autoridades moçambicanas.

Em Maputo, o ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, convocou, na sexta-feira à tarde, o embaixador português, Paulouro das Neves, e falou-lhe da antiga ideia de que o chamado «banditismo armado», ou seja a «resistência nacional» (RENAMO), não é mais do que uma tentativa de continuar a antiga acção colonial portuguesa e de evitar o conduzir os assuntos da sociedade moçambicana.

Segundo o que se tem escutado por vezes a figuras do regime moçambicano, estas pensam que interesses económicos portugueses se serviriam da RENAMO para tentar pleno controlo de Moçambique pela FRELIMO.

O embaixador teria ouvido queixas que os dirigentes moçambicanos costumam fazer e segundo as quais personalidades portuguesas já por

mas de uma vez teriam tentado, desde o 25 de Abril, impedir que a FRELIMO fosse o partido único a recuperar posições que tinham em Moçambique, antes da descolonização, actuando para tanto em conluio com alguns sectores sul-africanos e com o Malawi.

Dadas as excelentes relações que ainda há dois meses existiam entre os estados português e moçambicano, e dada, até, a forma aparentemente muito cordial como decorreu a visita efectuada, a Moçambique, pelo primeiro-ministro Mário Soares, não é fácil de entender como, nas últimas semanas, começaram a surgir atritos entre Maputo e Lisboa.

Portugal declarou todo o seu apoio ao entendimento a que, em Março, Moçambique e a África do Sul chegaram, em Nkomati, no sentido de se conseguirem relações de boa vizinhança e de se alcançar a tranquilidade dentro do terrorismo moçambicano.

No entanto, depois de Março, a actividade da RENAMO prosseguiu e alastrou até à região de Moçambique onde até aí não se fizera sentir.

Os dirigentes moçambicanos declararam em público acreditar que o Governo da África do Sul está verdadeiramente interessado em conseguir um compromisso entre os rebeldes e a FRELIMO, mas enquanto para os primeiros o compromisso envolvia uma partilha do poder, para o Governo de Samora Machel o compromisso não poderá ser mais do que «os bandidos» deporem as armas e serem reintegrados na sociedade, em cargos militares ou civis.

Ao mesmo tempo que admitiram que alguns sectores sul-africanos talvez não respeitassem o compromisso oficial de Pretória de cessar todo o seu apoio à RENAMO, os dirigentes moçambicanos decidiram condenar em especial o facto de, a partir de Lisboa, serem divulgados sucessivos comunicados do movimento rebelde presidido por Afonso Dlakhama e que tem por secretário-geral Evo Fernandes.

Depois da declaração de Pretória de 3 de Outubro, que parecia ser um passo significativo para a paz em Moçambique, autêntico complemento de acordo de Nkomati, uma comissão técnica começou a ter reuniões para concretizar a normalização da vida moçambicana.

A RENAMO reconheceu que o marechal Samora Machel é o presidente incontestado de todos os moçambicanos, mas continuou a divulgar exigências no sentido de conseguir a suspensão da constituição em vigor e o desmantelamento de certas estruturas estatais de carácter marxista.

Dado o impasse a que se chegou durante a semana passada, a RENAMO está hoje praticamente afastada da comissão técnica, é proibida de dar conferências de imprensa na África do Sul e distribui comunicados em Lisboa, a alegar que incrementou, nos últimos dias, a sua acção militar nas dez províncias de Moçambique.

Face às acusações moçambicanas de que Portugal deveria silenciar os porta-vozes da RENAMO que actuam em Lisboa, estes últimos respondem que são cidadãos portugueses e que, como tal, podem actuar à vontade no seu país, não estando, pois, sujeitos a expulsão, como aconteceria com qualquer estrangeiro que aqui se pronunciasse contra o Governo amigo do Estado português.

Se o mais recente comunicado moçambicano, entregue na sexta-feira ao embaixador Paulouro das Neves, val ou não fazer com que o Executivo português tente restringir a liberdade de movimentos daqueles seus cidadãos que distribuem, em Lisboa, comunicados da RENAMO, é coisa que ainda não se sabe.

No entanto, é de admitir que nos próximos dias, pelas vias diplomáticas, com ou sem repercussão pública, Portugal reassegure a Maputo estar verdadeiramente empenhado na pacificação da vida em todo o território de Moçambique, e não ser de modo algum menos sensível à necessidade dessa pacificação do que a África do Sul o é.

As autoridades portuguesas deverão dar às suas congéneres moçambicanas a garantia de que nenhuma conjura será preparada em Portugal contra elas, ao mesmo tempo que a explicarão uma vez mais que a liberdade de imprensa constitucionalmente existente e garantida em território português não pode proibir ninguém de se expressar livremente, mesmo que esse alguém decida tecer críticas a um estado com o qual o português deseja manter as melhores relações possíveis.

Tal como Moçambique conseguiu superar ao longo do presente ano as enormes divergências que tinha com o Governo da África do Sul e que com ele estabeleceu um «modus vivendi» elogiado em diversos pontos do globo, assim virá a conseguir decerto — considera-se em alguns meios diplomáticos — solidificar uma relação porventura melhor com Portugal.

Há figuras, tanto em Maputo como em Lisboa, que trabalham nesse sentido, procurando vencer os obstáculos levantados por determinados meios que em nada têm facilitado a continuação dos bons laços luso-moçambicanos que estavam a ser forjados desde que Francisco Sá Carneiro decidiu dar definitivamente por enterrado o contencioso que vinha desde os tempos da proclamação da República Popular de Moçambique.